

10º ENCONTRO **REDESIC**



TRANSPARÊNCIA E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS
Análise de casos Concretos

Cibelle Brasil, Tamara Bakuzis, Camila Alves

Proteção de dados pessoais

LAI

Protege as informações pessoais cuja divulgação afetem o direito à vida privada, honra e imagem

LGPD

Não cria novas hipóteses de restrições de acesso à informação pessoal

Escopo de proteção da privacidade

Vida privada

Informações da esfera íntima da pessoa e cuja divulgação pode comprometer a liberdade e a autonomia individual.

Honra

Informações que se referem ao valor social e moral da pessoa. Trata-se do o que a pessoa sente sobre si mesma e do que a sociedade pensa sobre ela.

Imagen

Informações vinculadas à aparência, identidade visual e projeção da pessoa perante terceiros.

Como identificar dados relativos à vida privada, honra e imagem?

- **Dados pessoais sensíveis:** origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico.

Importante:
A categorização como sensível não é pela privacidade do dado, mas sim pelo potencial de tratamento discriminatório.

Mas não é só isso!

Deve-se proteger outros dados relativos à vida privada das pessoas, por exemplo, alguns dados biográficos como: endereço, filiação, dados pessoais de contato.

Informações pessoais
podem ser fornecidas ao
seu titular por meio de
pedido LAI

Confirme a identidade: usuários com
selo prata ou ouro do Gov.br podem ter
acesso às suas informações pessoais.



Exceções à restrição de divulgação de dados pessoais a terceiros

Consentimento

Qualquer tipo de informação pessoal pode ser divulgada mediante consentimento.

Cumprimento de decisão judicial

Mediante apresentação da ordem judicial .

Prevenção e diagnóstico médico

Quando a pessoa estiver física ou legalmente incapaz.

Defesa de direitos humanos e recuperação de fatos históricos de maior relevância

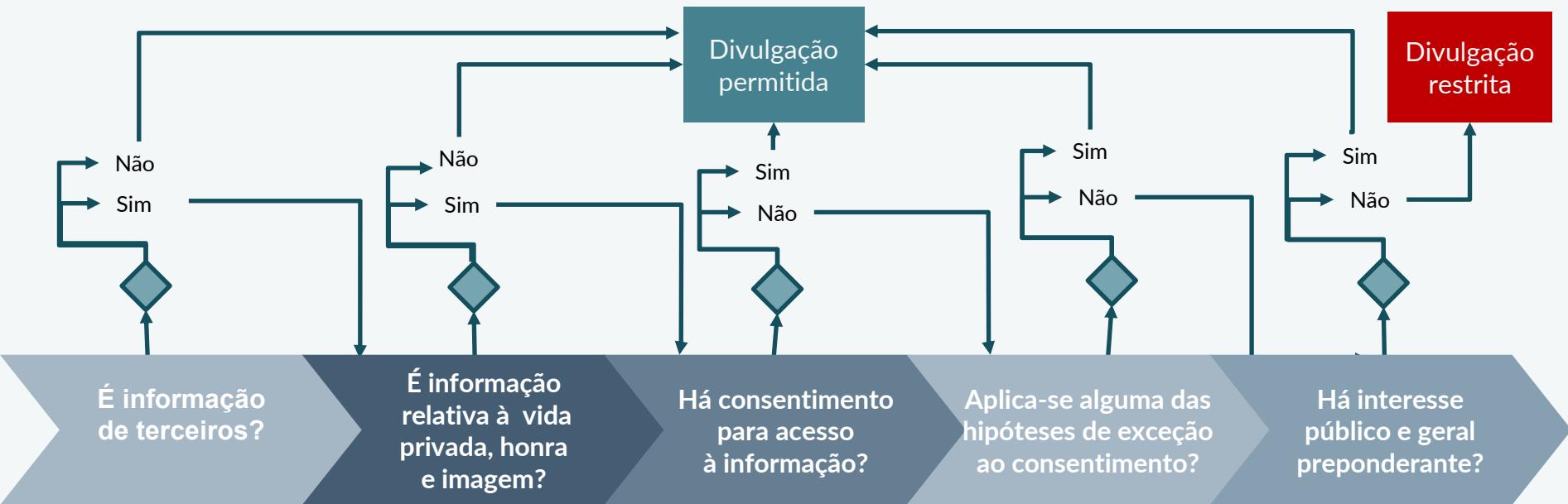
Pesquisas e estatísticas

Preferencialmente sem a identificação da pessoa.

Proteção do interesse público e geral preponderante



Esquematizando...



- Prevenção e diagnóstico médico
- Pesquisas e estatísticas
- Cumprimento de decisão judicial
- Defesa de direitos humanos e recuperação de fatos históricos

Identificação do interesse público geral

A informação é de interesse público geral quando é importante e necessária para garantir a **participação democrática, a prestação de contas** do Estado e a **proteção de direitos fundamentais**.

Para identificar o interesse público geral, verifique se a informação pode ser necessária para:

- Análise de uso adequado de recursos públicos
- Controle social do exercício de função pública
- Verificação de probidade administrativa de agentes públicos (avaliação de enriquecimento ilícito, dano ao erário, violação aos princípios da administração pública)
- Combate à corrupção
- Avaliação de integridade dos processos administrativos (licitações e contratações, progressão funcional, concursos etc.)
- Controle social da política ou serviço público

Relação exemplificativa.

Na análise do caso concreto, o órgão pode identificar outras hipóteses relevantes para o controle social.

Importante: Interesse público não é necessariamente o mesmo que “o que interessa ao público”. O fato de um tema ser discutido na mídia não significa automaticamente que exista interesse público na divulgação da informação.

Dados mínimos necessários para atender o interesse público em questão

Ao analisar a demanda, seja para responder a um pedido ou para publicar informações em transparéncia ativa, é necessário identificar o rol mínimo de dados pessoais que precisam ser fornecidos para atender o interesse público em questão.

Os dados a serem disponibilizados vão depender da relação do titular do dado com o Estado. Quanto mais próxima a relação da pessoa com o Estado, maior a relevância da divulgação da informação.

Tipos de relação com o Estado



Observação: Se o titular do dado pessoal não se enquadrar em um desses tipos, avalie o caso concreto independente da tipificação para definir as informações mínimas a serem divulgadas.

Relação exemplificativa de dados coletados por órgãos públicos

A tabela abaixo elenca exemplos de dados pessoais que podem ser coletados e tratados pelos órgãos públicos para exercício de suas competências.

Dados biográficos, não sensíveis	Dados sensíveis (LGPD)	Outros
<ul style="list-style-type: none">• Nome Completo• Data de Nascimento• Local de nascimento• Estado Civil• Grau de escolaridade• Número Pis Pasep• Número do CPF• Número do RG• Número da Carteira de Trabalho• Número do Passaporte• Número do Título de Eleitor• Certificado de Reservista• Certidão de nascimento, casamento, óbito• Filiação• Endereço profissional• Endereço pessoal	<ul style="list-style-type: none">• Email profissional• Email pessoal• Telefone Profissional• Telefone pessoal• Formação acadêmica• Diplomas• Matrícula funcional• Endereço profissional• Email profissional• Telefone Profissional• Cargo• Função• Histórico profissional• Cópia de documentos pessoais	<ul style="list-style-type: none">• Origem racial ou étnica• Cor• Convicção religiosa• Opinião política• Filiação a sindicato, organização religiosa, filosófica ou política• Grupo Sanguíneo• Deficiência Física• Orientação sexual• Sexo• GêneroDado da saúde• Dado genético• Dado biométrico

Os dados destacados em vermelho, em regra, não deverão ser divulgados para atender ao interesse público e geral. No entanto, a análise **deve ser sempre realizada no caso concreto**.

Dados passíveis de divulgação

Dados mínimos necessários à identificação de pessoas no exercício de suas funções públicas, ou particulares em sua relação com o Estado:

Agente público
Nome completo
Número da matrícula
Endereço profissional
E-mail profissional
Número do CPF descaracterizado (***.999.999-**)

Fornecedor
Nome completo
Número do CPF descaracterizado (***.999.999-**)
Endereço profissional
Pode haver necessidade de divulgação do número de outro documento de identificação caso não haja o número do CPF

Beneficiário de recursos públicos (políticas assistenciais)
Nome completo
Número de cadastro relativo à política pública (Ex: NIS)
Número do CPF descaracterizado (***.999.999-**)

Usuário de políticas e serviços públicos
Nome completo
Número do CPF descaracterizado (***.999.999-**)
Pode haver necessidade de divulgação, descaracterizada , do número de outro documento de identificação caso não se haja o número do CPF

Importante:

É preciso avaliar, no caso concreto, a necessidade de divulgação de dados adicionais.

Ex: Para verificação da integridade do processo de progressão funcional, se a idade for um critério avaliado, pode ser necessário divulgar a data de nascimento do servidor

Orientação geral. É sempre necessária a análise do caso concreto



Discussão de casos concretos

Caso 1:

Pedido:

Gostaria do **currículo** enviado ao ministério e **outros documentos fornecidos por ela** na contratação da ex-servidora XXXXXXXXXXXXXXXX.

Decisão do órgão: Acesso Parcialmente Concedido

Especificação da decisão: Parte da informação contém dados pessoais

Observação: a decisão acima foi emitida pelo órgão demandado, não em instância recursal à CGU.

Caso 2:

Pedido:

Gostaria de obter o currículo e histórico profissional do militar XXXXXXXXXXXXXXXX

Decisão do órgão: Acesso Negado

Especificação da decisão: Dados pessoais

Observação: a decisão acima foi emitida pelo órgão demandado, não em instância recursal à CGU.

Caso 3:

Pedido:

Solicito registros de entrada de XXXXXXXXXXXX, portador do CPF XXXXXXXXXXXX, no órgão XXXXXXXXXXXXXXX para o período entre 1/1/2023 e 12/7/2023. Os registros devem conter data, horário de entrada e horário de saída, quando disponíveis, bem como o nome do funcionário que autorizou a entrada e o local de destino no prédio, se informado.

Decisão do órgão: Acesso Negado

Especificação da decisão: Dados pessoais

Observação: a decisão acima foi emitida pelo órgão demandado, não em instância recursal à CGU.

Caso 4:

Pedido:

Solicito autorização de acesso ao processo SEI XXXXXXXXXXXXXXXX, conforme Aviso de Licitação publicado no DOU em anexo, referente à licitação nº XXXXXXXXX.

Decisão do órgão: Acesso Negado

Especificação da decisão: Dados pessoais

Observação: a decisão acima foi emitida pelo órgão demandado, não em instância recursal à CGU.

Caso 5:

Pedido:

Gostaria de solicitar a lista de beneficiários do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) de todo o Brasil para os anos de 2000 a 2018. Para cada ano, gostaria de uma lista de cada beneficiário com as seguintes informações: ano de concessão do financiamento, nome e código da instituição de ensino superior onde o beneficiário está matriculado, modalidade de ensino associada ao financiamento (presencial ou EAD), nome e turno do curso, nome do beneficiário, CPF do beneficiário, sexo do beneficiário, data de nascimento do beneficiário, raça do beneficiário, estado e município da IES.

Decisão do órgão: Acesso Negado

Especificação da decisão: Dados pessoais

Observação: a decisão acima foi emitida pelo órgão demandado, não em instância recursal à CGU.

Caso 6:

Pedido:

Venho por meio deste requerer, com base em dados disponíveis no Observatório do Cadastro Único, informações detalhadas sobre servidores públicos beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) no município de XXXXXXXXXXXX (...) solicitamos a relação nominal (ou, caso não seja possível, dados funcionais e estatutários) das pessoas enquadradas como servidores públicos nesse relatório.

Decisão do órgão : Acesso Negado

Especificação da decisão: Dados pessoais

Observação: a decisão acima foi emitida pelo órgão demandado, não em instância recursal à CGU.

Caso 6:

Famílias
27.474.601

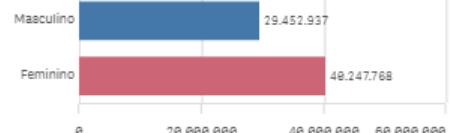
Pessoas
69.700.705

Regiões
5

Unidades Federativas
27

Municípios
5.570

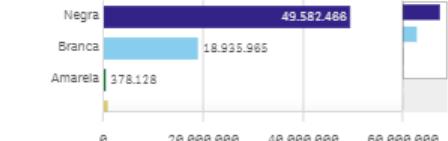
Pessoas por sexo



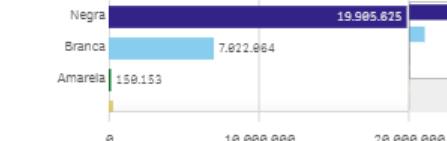
Responsável familiar por sexo



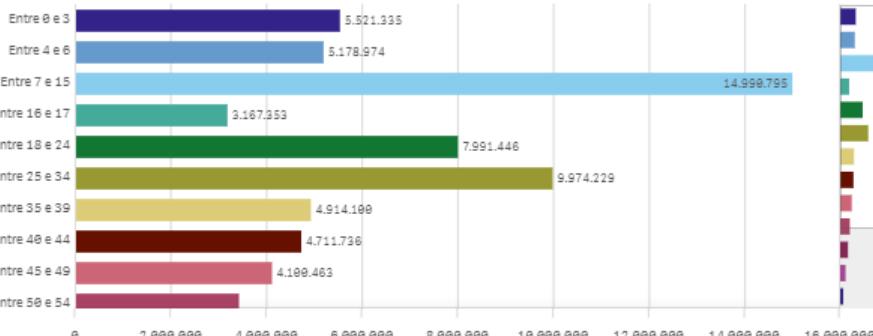
Pessoas por raça/cor



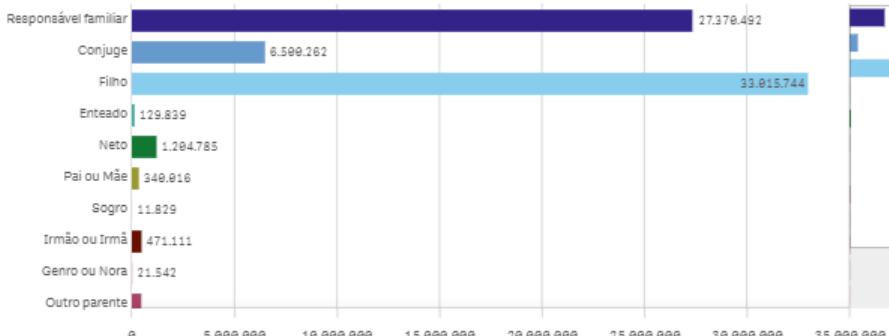
Responsável familiar por raça/cor



Pessoas por faixa etária



Pessoas por grau de parentesco em relação ao Responsável Familiar



Caso 7:

Pedido:

Venho por meio deste, solicitar acesso às informações referentes à beneficiários do PBF (Bolsa Família) que são estudantes da Universidade XXXXXXXXXXXXXXX para projeto de pesquisa.

Decisão do órgão : Acesso Negado

Especificação da decisão: Dados pessoais

Órgão indica necessidade de entrar em contato área específica para assinar termo de responsabilidade, mas exige detalhes do projeto de pesquisa e a especificação das variáveis demandadas.

Observação: a decisão acima foi emitida pelo órgão demandado, não em instância recursal à CGU.

Caso 8:

Pedido:

Solicitação de cópia de processo administrativo disciplinar concluído nº XXXXXXXXXXXXXXXX instaurado contra o servidor XXXXXXXXXXXX.

Decisão do órgão : Acesso Negado

Especificação da decisão: Dados pessoais

Órgão indica que o processo foi concluído, mas requer informação sobre a relação do solicitante com os autos.

Observação: a decisão acima foi emitida pelo órgão demandado, não em instância recursal à CGU.

Caso 9:

Pedido:

Solicita informar nominalmente lista de alunos que deixaram a Universidade em virtude de desistência, jubilamento, óbito, transferência ou exclusão por processo disciplinar, informando data, e de que forma essas vagas foram preenchidas entre os anos de 2020 a 2025 - explicitado cada ano ocorrido.

Decisão do órgão : Acesso Negado

Especificação da decisão: Dados pessoais

Observação: a decisão acima foi emitida pelo órgão demandado, não em instância recursal à CGU.

Caso 10:

Pedido:

Solicitamos o inteiro teor digitalizado do cartão de vacinação do titular da pasta. Ressaltamos que, ainda que se trata de uma informação pessoal, também se refere à adesão de agente a políticas de saúde pública obrigatórias e que tem incidência de interesse público.

Respostas dos órgãos:

Alguns órgãos negaram por considerar informação pessoal sensível, outros solicitaram consentimento e entregaram a informação.

Observação: a decisão acima foi emitida pelo órgão demandado, não em instância recursal à CGU.

Caso 11:

Pedido:

Cópia dos relatórios das auditorias realizadas pelo órgão XXXXXXXXXXXX em recursos da rede de atendimento do Sistema Único de Saúde nos municípios XXXXX.

Decisão: Acesso Negado

Especificação da decisão: Dados pessoais

Observação: a decisão acima foi emitida pelo órgão demandado, não em instância recursal à CGU.

Caso 12:

Pedido:

Venho, por meio deste, com fundamento na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), solicitar o acesso às seguintes informações referentes ao Processo Seletivo 2025 da Universidade XXXXXXXXXXXXXXXX:

1. A relação completa dos candidatos aprovados e classificados no Processo Seletivo 2025, com a respectiva classificação final e a nota;
2. A lista completa dos candidatos que realizaram a inscrição no referido processo seletivo;
3. As notas obtidas por cada candidato no processo seletivo;
4. A informação sobre quais candidatos foram beneficiados pelo bônus regional instituído e sua respectiva nota sem e com a bonificação.

Decisão do órgão: Acesso Negado

Especificação da decisão: Processo decisório em curso

Observação: a decisão acima foi emitida pelo órgão demandado, não em instância recursal à CGU.

Caso 13

Pedido:

Gostaria de saber se o cidadão XXXXXXXXXXXX, CPF XXXXXXXXXXXX possui formação completa em nível superior e se tiver, qual área ele possui. O motivo é porque ele recebe um benefício como servidor municipal em XXXXXXXXXXXXXXX exclusivo para quem tem nível superior e há suspeitas de que ele não tenha esse nível completo, configurando uma possível improbidade administrativa.

Decisão do órgão : Acesso Negado

Especificação da decisão: Processo decisório em curso

Órgão indica necessidade de assinatura de termo de responsabilidade.

Observação: a decisão acima foi emitida pelo órgão demandado, não em instância recursal à CGU.

Caso 14:

Pedido:

Solicita informações sobre a banca de heteroidentificação referente ao seu próprio caso, relativo ao Concurso Público Nacional Unificado:

Parecer motivado da banca de hetero identificação;
Fotos e vídeos produzidos;
Parecer da banca recursal.

Decisão do órgão : Acesso negado
Especificação da decisão: documento preparatório.

Decisão CMRI: provimento (após a conclusão do processo).

Observação: a decisão inicial acima foi emitida pelo órgão demandado, não em instância recursal à CGU. A CGU acompanhou a decisão do órgão, porque o processo seletivo ainda não tinha sido finalizado.

Caso 15:

Pedido:

Solicito lista de e-mail , dos servidores constantes no link : <http://sisp.gov.br/ct-gcie/lista-orgaos-sisp>

Decisão do órgão: acesso parcialmente concedido, porque o órgão não dispunha de todos os dados dos servidores.

Foi entregue a lista nominal dos servidores e seus respectivos e-mails.

Observação: a decisão acima foi emitida pelo órgão demandado, não em instância recursal à CGU.



Obrigada!

Dúvidas?

Contate nosso canal de orientação:
acesso_informacao@cgu.gov.br